



ISENÇÕES FISCAIS

Senador Wilder: 'União não pode penalizar Estados e municípios'

ENCONTRO DE TRADIÇÕES

Tocha olímpica é recebida por Marconi na secular cidade de Goiás



CERRADO



Goiânia, SEXTA-FEIRA, 6 de maio de 2016

-  www.wildermorais.com.br
-  facebook.com/wildermorais
-  instagram.com/wildermorais
-  twitter.com/wildermorais

REVISTA BULA

As palavras da Língua Portuguesa que mais iluminam a literatura



Revista Bula.com



POR CARLOS WILLIAN LEITE

AS 50 PALAVRAS MAIS BELAS DA LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Pedimos ao colaborador da Revista Bula, Marcelo Franco, um dos maiores especialistas em livros no Brasil, que apon-

tasse as 50 palavras mais belas da literatura em Língua Portuguesa. Marcelo Franco enumerou 100 palavras, destas, sele-

cionamos 50. Obviamente que listas são sempre incompletas, idiossincráticas. Sabe-se que, como a percepção, a opinião –

que é a base da maioria as listas –, é algo individual. O resultado não pretende ser abrangente ou definitivo e corresponde

apenas à opinião do especialista e dos editores da Revista Bula, que fizeram a seleção a partir da lista inicial sugerida.

Alumiar	Cornucópia	Imprescindível	Melífluo	Polímata
Andaluz	Decrepitude	Lápis-lazúli	Nenúfar	Púcaro
Antolhos	Ditirambo	Lobisomem	Nonada	Queixume
Arquiduquesa	Escorreito	Luanda	Omíada	Retilíneo
Beatitude	Farnel	Lues	Palimpsesto	Samovar
Beligerante	Fidalguia	Lugar-tenente	Panóplia	Seljúcida
Besta-fera	Funâmbulo	Madeleine	Pênfigo	Têmpera
Bugio	Gitano	Maninho	Pentâmetro iâmbico	Treliça
Carantonha	Ignoto	Mansarda	Plenilúnio	Tunisiano
Carmim	Imarcescível	Mansuetude	Pneumotórax	Zênite



PIXABAY.COM

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdion de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Guaxe e araquá

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Senador Wilder quer compensação para Estados e municípios quando a União conceder isenções



JOÃO CARVALHO

De autoria do senador Wilder Moraes, projeto que altera a Constituição prevê compensação para Estados, municípios e o Distrito Federal toda vez que esses três entes da Federação sofrerem perdas de receitas em decorrência de isenções de tributos concedidas pela União.

Segundo o senador Wilder, a União tem por hábito se beneficiar e penalizar governos e prefeituras ao criar leis que asseguram isenções fiscais para determinados setores da economia, sem levar em consideração que, ao renunciar as receitas, Estados e municípios, principalmente, são os que mais perdem. O prejuízo maior é das prefeituras de pequenas cidades, que já recebem poucos recursos.

“Como o Brasil ainda não teve coragem de fazer uma Reforma Tributária que alcance e contemple todos os entes da Federação, podemos mudar a lei e assegurar compensação financeira todas as vezes em que algum setor da economia for contemplado com algum tipo de benefício fiscal”, defende o senador Wilder.

Segundo ele, sua proposta, que é assinada por vários senadores, de vários Estados, não tem como objetivo restringir a política do governo federal de conceder isenções fiscais para determinados setores da economia quando isso for necessário, mas a conta não pode ser jogada para os municípios

e os Estados pagarem.

“Há no Brasil uma forte concentração de recursos na União. Somente ela tem esse poder de dar isenção, mas esse tipo de situação acaba gerando prejuízos. Nosso projeto visa tão somente fazer essa reparação”, afirma. A mudança proposta pelo senador Wilder altera exatamente o Art. 151 da Constituição.

Ainda na sua justificativa, o senador Wilder lembrou que é preciso resgatar o Princípio Federativo. “A Constituição sempre buscou a partilha de competências entre os entes da Federação, ou seja, a repartição entre as entidades legítimas do que se entende por atribuições de Estado no Brasil. Sendo assim, e demonstrando que a Constituição não prevê hierarquia entre os entes federativos, a presente proposta vem no sentido de equalizar as relações de poder, inviabilizando que um ente da federação proponha isenções fiscais de forma arbitrária e que acabe por comprometer os repasses para outras esferas sem o consentimento e consulta de opinião das mesmas”, frisou.

“O Princípio Federativo que buscamos não será de fato efetivado se obtivermos um desequilíbrio de forças nas relações de poder, isso se verifica, primordialmente, no orçamento e na capacidade de investimento dos entes, destacando os municípios que, em sua maioria, possuem o menor orçamento”, finalizou.

Senador Wilder: conta não pode ser jogada para municípios e Estados pagarem

TOCHA OLÍMPICA NA CIDADE DE GOIÁS

‘Encontro de uma tradição milenar e outra secular’, diz Marconi

No segundo dia em terras goianas, a Tocha Olímpica foi recebida, no fim desta quinta-feira, 5, pelo governador Marconi Perillo, na cidade de Goiás, em meio à alegria e ao orgulho dos moradores, sobretudo dos que participaram do trajeto carregando o símbolo olímpico. Momento para marcar a história da cidade, que comemora também 16 anos como patrimônio histórico da humanidade. “É o encontro de uma tradição milenar com outra centenária”, observou Marconi, na cerimônia de recepção da tocha, no coreto em frente ao Palácio Conde dos Arcos.

Ao lado da prefeita Selma Bastos, do subchefe de Assuntos Federativos do Governo Federal, Elber Jordão, do Bispo d. Eugênio, e demais autoridades, o governador falou de sua alegria por fazer parte desse grande encontro. Trata-se, segundo Marconi, de momento único, que remete ao conagraamento de atletas de 200 países com nossos irmãos brasileiros. “Que Deus

abençoe a todos”, desejou, ao lado ainda do carateca vilaboense Rogério Damázio, que vai representar o Brasil em Dublin, na Irlanda.

Para o governador, é um privilégio ser Goiás o primeiro Estado brasileiro, depois da capital federal, a receber o símbolo do fogo roubado por Prometeu para o bem da humanidade, segundo a lenda grega. “É uma sensação diferenciada, nesta cidade secular, simples e tradicional, em meio à natureza e à arquitetura preservada há quase 300 anos”, avaliou o governador, ao ressaltar ainda a importância de o evento acontecer nos 16 anos da conquista do título de patrimônio da humanidade. “É mesmo motivo de alegria e orgulho; o vilaboense merece, pois é um povo alegre, simpático e muito receptivo”, acrescentou.

A Tocha Olímpica chegou à entrada da Cidade de Goiás por volta do meio-dia, oriunda de Itaberaí, por onde também percorreu ruas e avenidas. Na antiga Vila Boa, foi recebida

ao som de “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, executada pela Banda da Polícia Militar.

LANTERNA DOURADA

Os estudantes Luís Henrique Dourado, Samantha Receba, ambos de 14 anos, e Mikaela Moura, 20, ficaram encarregados de passar a chama da lanterna dourada, que veio em um caminhão da organização, para a tocha do professor Paulo Pereira dos Santos, o “Paulo Balinha”, 81, um dos 30 cidadãos vilaboenses que tiveram o privilégio de carregar o símbolo. “Espetacular”, definiu o atleta, conhecido na cidade por formar “jogadores amadores” há mais de 50 anos.

A Tocha Olímpica percorreu seis quilômetros dentro da cidade, passando pelo Centro Turístico e adjacentes, incluindo as Praças do Chafariz e do Coreto; seguiu pela Igreja do Rosário, Iphan, Mercado Municipal, até chegar à Praça do Areião, finalizando no ponto de chegada. No percurso, além dos moradores e de cerca de 4 mil estudantes, manifestações da cultura brasileira e local.



“É uma sensação diferenciada, nesta cidade secular, simples e tradicional, com natureza e arquitetura preservadas”, disse Marconi



RAFAELA FEIJÓ

Wilder solicitou e foi realizada audiência para discutir interrupção proposta pelas operadoras

FRANQUIAS DE BANDA LARGA

Senador Wilder: 'Limitar internet é retrocesso para o país'

RAFAELA FEIJÓ

O senador Wilder Moraes criticou a limitação da internet fixa e ressaltou que reduzir a demanda pelo acesso é um retrocesso para o país. Ele defendeu que a solução é criar mecanismos regulatórios que atraiam investimentos para o setor de telecomunicações, expandindo a capacidade e a qualidade da internet, a preços acessíveis.

"A proposta, discutida atualmente, de estabelecer franquias mensais nos planos de internet banda larga fixa é um indicador eloquente da falta de infraestrutura no país. Cercear o tráfego de dados num momento como o atual, de revolução tecnológica, é um retrocesso. Essa é uma solução enganosa, que apenas tangencia o problema de fundo,

que é a falta de investimento.

O regime jurídico da infraestrutura de TI no Brasil boicota sistematicamente os investimentos privados de longo prazo. É, em grande parte, por isso que a infraestrutura é insuficiente. Precisamos estabelecer um novo regime para os investimentos em infraestrutura; um regime que garanta a posse dos ativos ao investidor.

Isso, é claro, não altera o papel fundamental que desempenha a Anatel nesse contexto. A atividade regulatória da Anatel deve incentivar a entrada de novos concorrentes no mercado, por meio de prêmios: prêmios de investimento, prêmios para expansão, prêmios por qualidade.

É assim, criando um ambiente favorável aos investimentos,

às melhorias na infraestrutura, que vamos atingir as metas de universalização da banda larga e a inclusão digital que tanto almejamos" – ressaltou Wilder na reunião conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Ao todo foram convidados 14 especialistas para debaterem o tema, que não chegaram a um consenso sobre a resolução da Anatel que pretendia alterar o modelo de negócios adotado pelas empresas de telecomunicações atualmente. Por ter causado revolta entre os usuários e reivindicações do Congresso Nacional, como a feita pela senador Wilder, a Anatel suspendeu esta resolução por tempo indeterminado.



JOÃO CARVALHO

MAIS UM PREFEITO PREMIADO SE FILIA AO PP

JOÃO CARVALHO

Considerado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) o melhor prefeito do Brasil no controle de entrada e saída de dinheiro do caixa da prefeitura, Levino de Sousa Silva, de Santa Isabel, agora é do PP. Ele teve a sua ficha de filiação abonada pelo senador Wilder Moraes.

A escolha da Firjan, relativa ao ano de 2012, foi feita

a partir de um estudo para avaliar a gestão fiscal de todas as administrações municipais do país. Santa Isabel ficou em primeiro lugar nesse ranking. À época, Levino afirmou que recebia a indicação com a certeza de estar fazendo a coisa certa na prefeitura, fruto de planejamento, controle e organização.

Levino, que esteve no escritório do senador Wilder, já está no seu segundo mandato como prefeito. Ele já foi vere-

ador, tendo chegado à presidência da Câmara Municipal, e também foi vice-prefeito antes de se eleger prefeito, em 2008. Nas últimas eleições (2012) conquistou a reeleição com 75% dos votos válidos do município. Na visita ao escritório, Levino estava acompanhado da primeira-dama Rosângela Marinho e de outras duas lideranças progressistas do município, o vereador Moacir Siqueira, o Moca, e Luciano Scorsolino.

SENADOR NA MÍDIA

FOLHA DO SUDOESTE
O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

NACIONAL POLÍTICA ESTADO CIDADES ECONOMIA RELIGIÃO AGROFOLHA DIREITO E JUSTIÇA EDITAIS

Projeto do senador Wilder propõe equipes de transição nos Executivos

Facebook Twitter Google+ LinkedIn Pinterest

NACIONAL

Prática comum no Brasil, especialmente nos municípios, ocorre quando o gestor que vai deixar o poder não passa nenhum tipo de informação para quem vai assumir sobre a situação da prefeitura. Atrasos em dívidas, contratos, salário de servidores, previdência e outras situações podem se transformar em um grande problema para quem assume o mandato.

Para resolver esse problema e evitar que futuros gestores encontrem cenários de 'terra arrasada' nas prefeituras, governos de Estado e até mesmo na União, o senador Wilder Moraes apresentou projeto de lei (PLS 56/2015) que prevê a criação de equipe de transição entre titulares de mandatos do Executivo com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos.

O projeto ainda está tramitando no Senado. Atualmente, aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), após receber parecer favorável com a inclusão de duas emendas. No seu artigo primeiro, o projeto indica que sua finalidade é assegurar a continuidade dos serviços públicos e o respeito ao princípio da impessoalidade. O prazo para a instituição da equipe de transição é de sete dias úteis, a contar do resultado do pleito eleitoral.

Segundo o senador Wilder, essa lei representa um avanço para os gestores que vão assumir e também uma segurança para quem está deixando o poder. "Essa transição é importante e dá segurança aos novos gestores. A aprovação deste projeto, como se percebe, é fundamental para que o gestor eleito assumia conhecendo a realidade administrativa, fiscal e estrutural da gestão, de maneira que possa, já no primeiro dia de mandato, adotar medidas concretas para pôr em prática o programa de governo democraticamente escolhido pela maioria dos eleitores. Realiza-se, assim, o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública, notadamente os mandamentos de impessoalidade, moralidade e eficiência", defende o senador Wilder.

Ainda de acordo com o projeto, quem estiver no poder durante o período de transição também poderá acompanhar os trabalhos da equipe, com agentes indicados pelo governante em exercício. Caberá aos entes federados a instituição de leis que estabeleçam quantidade mínima e máxima dos componentes da equipe de transição, a remuneração (ou não) devida pelo exercício da função de membro da equipe.

Além do poder para solicitar informações relativas ao andamento da máquina pública, o projeto prevê que os representantes do governo e demais dirigentes da administração pública direta e indireta deverão oferecer ao recém-eleito e à equipe de transição outras informações de relevância para a gestão, independentemente de solicitação. Finalmente, o projeto prevê crime de responsabilidade do governante em exercício a recusa dolosa e injustificada ao cumprimento das obrigações previstas na Lei.

(Fonte: assessoria de imprensa do senador Wilder Moraes)

imprensajá!
PORTAL DE NOTÍCIAS
HORA DA IMPRENSA ASSOCIADA

04/05/2016 às 11h09min - Atualizada em 04/05/2016 às 11h09min

Imprensa Já - Goiás(GO) TAMANHO DA FONTE A- A+

BRASÍLIA: Projeto do senador Wilder propõe equipes de transição nos Executivos

GOIANÁPOLIS, VITRINE NACIONAL



Senador Wilder e Jeovazinho, de Goianápolis, um exemplo de gestão que orgulha o Partido Progressista de Goiás e se tornou um dos mais aplaudidos prefeitos do Brasil